

# 14º Exame de Ordem - 1ª fase - 2000

## Direito Civil

1. O credor que demandar por dívida integralmente paga fica obrigado:

- (a) A restituir o equivalente ao que exigiu;
- (b) A pagar ao demandado o dobro do que foi cobrado;
- (c) A restituir o equivalente ao que exigiu mais custas e honorários de advogado;
- (d) Nenhuma das alternativas está correta.

2. Assinale a alternativa incorreta:

- (a) O possuidor tem direito de ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado em caso de esbulho;
- (b) Considera-se possuidor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções;
- (c) O Código Civil reconhece como justas a posse que não for violenta, clandestina ou precária;
- (d) A posse de terras públicas não autoriza a aquisição da propriedade através de usucapião.

3. Em relação aos atos jurídicos é correto afirmar:

- (a) A simulação somente será defeito de ato jurídico quando presente o intuito de prejuízo a terceiro ou à lei;
- (b) Presume-se mera expectativa de direito aquela expressamente pactuada, sob condição suspensiva;
- (c) Inexiste no Código Civil vedação à condição potestativa;
- (d) Os atos civis dos menores entre 16 e 21 anos precisam de ratificação de curador ou de seus legítimos representantes para gerarem eficácia.

4. As obrigações solidárias passivas caracterizam-se por:

- (a) Sua indivisibilidade;
- (b) Serem exigíveis totalmente, apenas, de um dos devedores;
- (c) Serem exigíveis total ou parcialmente de qualquer dos devedores;
- (d) Sua indivisibilidade e possibilidade de exigência conjunta ou individualmente, total ou parcialmente, de qualquer dos devedores.

5. A representação da parte por advogado é:

- (a) Uma condição ao exercício do direito de ação;
- (b) Um pressuposto processual subjetivo;
- (c) Uma matéria de exame de mérito;
- (d) Um pressuposto processual objetivo.

6. Assinale a alternativa correta:

- (a) A incompetência funcional do Juízo deve ser argüida por meio de exceção;
- (b) A jurisdição é a faculdade do poder público de compor os litígios que lhe são apresentados;
- (c) A sentença *cifra petita* é aquela em que o juiz concede menos do que foi postulado pela parte;
- (d) O juiz, verificando que a petição inicial não se acha acompanhada com documento indispensável à propositura da ação, não pode, de plano, indeferi-la.

7. Quanto ao processo cautelar, é incorreto afirmar que:

- (a) Pode, em alguns casos, ter natureza satisfativa;
- (b) Pode ser ajuizado em caráter preparatório ou incidental;
- (c) Representa antecipação da providência de mérito da ação principal, em situações de urgência e relevância;
- (d) Pode o juiz, ao deferir liminarmente a cautela pretendida, determinar à parte que preste, em contracautela, caução real ou fidejussória.

8. O fiador de contrato de locação, na ação de despejo cumulada com cobrança ajuizada em face apenas do locatário, pode ou deve intervir no feito com base em qual dos institutos abaixo:

- (a) Recurso do terceiro prejudicado;
- (b) Assistência;
- (c) Denúnciação da lide;
- (d) Litisconsórcio necessário.

## Direito Penal

9. "A" e "B", NÃO SUPORTANDO O INFORTÚNIO, EM VIRTUDE DA SUA RELAÇÃO AMOROSA, FIRMAM UM PACTO DE MORTE. No dia e hora aprezados, ambos, entre se, isto é, um em relação ao outro, praticam atos de execução para a morte do outro, através da ingestão de veneno. Entretanto, ambos sobrevivem. A conduta de ambos pode ser tida como:

- (a) Indiferente para o Direito Penal;
- (b) Tentativa de suicídio;
- (c) Tentativa de homicídio recíproco;
- (d) Lesões corporais.

10. Das opções abaixo, qual a que indica delitos considerados apenas formais:

- (a) Seqüestro, injúria e furto;
- (b) Roubo, estelionato e lenocínio;
- (c) Calúnia, injúria e vias de fato;
- (d) Corrupção passiva, difamação e concussão.

11. Pedro, contando 17 anos, 11 meses e 25 dias, participa de um seqüestro, o qual persiste por 10 dias, quando a vítima, por ação da polícia, vem a ser liberada, ocasião em que todos os seqüestradores são presos. No caso de Pedro:

- (a) Estará ele sujeito às normas do Código de Menores;
- (b) Estará ele sujeito às disposições da Lei nº 8.069/90 (ECA);
- (c) Estará ele sujeito às normas do Código Penal;
- (d) Não há previsão legal para a espécie.

12. Nas contravenções penais pode ser afirmado que a tentativa:

- (a) Não é punível;
- (b) Só é punível quando a conduta for dolosa;
- (c) Só é punível quando a conduta for culposa;
- (d) É punível em qualquer circunstância.

13. Dos recursos abaixo arrolados qual é o de uso exclusivo da defesa:

- (a) Apelação;
- (b) Recurso em sentido estrito;
- (c) Embargos infringentes;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

14. No caso da não realização de exame de corpo de delito em crime que deixa vestígio, responda:

- (a) A confissão do acusado poderá suprir a necessidade do referido exame;
- (b) A prova testemunhal, em nenhuma hipótese, poderá suprir o referido exame;
- (c) A prova testemunhal só poderá suprir o referido exame, caso tenham desaparecido os vestígios do crime;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

15. Como se chama o instituto processual penal que concede ao imputado o direito de permanecer em liberdade durante o andamento de um processo até o trânsito em julgado:

- (a) *Sursis*;
- (b) Suspensão condicional do processo;
- (c) Livramento condicional;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

16. No âmbito da competência é possível dizer que ocorre *conexão instrumental*, quando:

- (a) A prova de uma infração influir na prova de outra;
- (b) Uma infração tiver sido cometida para facilitar a execução de outra infração;
- (c) Uma infração tiver sido cometida para ocultar outra infração;
- (d) Uma infração tiver sido cometida para garantir a impunidade de outra infração.

## Direito Trabalhista

17. No limite de valor para o rito sumaríssimo, observa-se, no Estado do RJ:

- (a) O salário-mínimo vigente para o nosso Estado (fixado pelo Governador);
- (b) O salário-mínimo fixado pelo Presidente da República (nacional);
- (c) Nenhuma das respostas anteriores;
- (d) O valor de R\$ 193,50.

18. Hoje, de quantas Turmas compõe-se o TRT da 1ª Região:

- (a) Sete;
- (b) Treze;
- (c) Nove;
- (d) Nenhuma das respostas acima.

19. Onde distinguir entre o "autônomo" e o trabalhador portuário.

- (a) O 1º refoge às premissas do art. 3º da CLT e o 2º trabalha através do seu Sindicato de classe;
- (b) O 1º trabalha exclusivamente no Cais do Porto, já o 2º atua livremente fora do referido Cais, tendo empregador definido;

(c) O 1º não pode ter empregados, enquanto o 2º pode;

(d) Nenhuma das respostas acima.

**20.** Hoje em dia onde são decididas as causas envolvendo débitos previdenciários (INSS) derivados de condenação judicial havida na Justiça do Trabalho, ou provenientes de acordos homologados por magistrado trabalhista:

(a) No T.R. Federal da jurisdição do caso;

(b) No STJ (Órgão Especial);

(c) No Judiciário Trabalhista;

(d) Em nenhum dos Órgãos acima e, sim, no Tribunal de Justiça estadual.

**21.** Qual a ordem, rigorosamente preferencial, do art. 655 do CPC, para a garantia de uma execução:

(a) Títulos de crédito e imóveis livres e desembaraçados;

(b) Cautelas de valor e dinheiro;

(c) Dinheiro e bens imóveis livres e desembaraçados;

(d) Dinheiro, pedras e metais preciosos.

**22.** A empregada que ficou grávida durante o contrato de trabalho, tem estabilidade:

(a) De 6 meses;

(b) De 4 meses;

(c) Não tem estabilidade;

(d) Pode ser dispensada por justa causa.

## Direito Comercial

**23.** Assinale a resposta correta:

(a) Prescreve em cinco anos, a partir do vencimento, o prazo para ajuizar a ação cambial contra o emitente de uma nota promissória;

(b) O endosso na nota promissória deve ser puro e simples, considerando-se não escrita qualquer condição a que ele esteja subordinado;

(c) A nota promissória não admite o endosso caução ou pignoratício;

(d) A letra de câmbio não pode ser sacada à vista ou a um certo termo de vista.

**24.** A Lei de Sociedade por Ações (Lei nº 6.404/76):

(a) Disciplina a sociedade por ações e a sociedade em comandita por ações;

(b) Rege apenas a sociedade por ações, sendo que a sociedade em comandita por ações é tratada pelo Código Comercial (Lei nº 556 de 25 de junho de 1850);

(c) Admite o voto plural;

(d) Proíbe o voto múltiplo.

**25.** É correto afirmar que:

(a) O DL nº 7.661/45 admite três tipos de concordatas: a preventiva, a amigável ou extrajudicial e a suspensiva;

(b) As contas correntes com o falido não se encerram no momento da declaração da falência;

(c) Durante o processo de falência não se suspende o curso da prescrição relativa às obrigações de responsabilidade do falido;

(d) O mandato conferido pelo devedor, antes da falência, acerca de negócios que interessam à massa falida, continua em vigor até que seja revogado expressamente pelo síndico, a quem o mandatário deve prestar contas.

26. A falência pode ser requerida:

- (a) Apenas pelo credor com garantia real;
- (b) Somente pelo credor quirografário;
- (c) Pelo credor com garantia real, se a renunciar ou, querendo mantê-la, se provar que os bens não chegam para a solução do seu crédito;
- (d) Pelo Ministério Público, ou mesmo decretada de ofício pelo Juiz.

## Direito Tributário

27. Considerando que é freqüente, na "virada" do ano, a Administração Pública inovar a ordem jurídica aumentando ou criando tributos.

Indaga-se: A Lei nº 3.515, de 21/12/2000, do Estado do Rio de Janeiro, que criou um novo fato gerador do Imposto de Transmissão Causa Mortis, deverá obedecer aos princípios constitucionais da:

- (a) Legalidade e anterioridade;
- (b) Legalidade e simetria;
- (c) Simetria e capacidade contributiva;
- (d) Capacidade econômica e bitributação.

28. Os arts. 5º, incisos X, XI e XII e 145º da CF fundamentam a validade da Lei 4.595/64, que por sua vez dispõe sobre o sigilo bancário. Até o final do ano de 2000 a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem decidido que a "quebra" do sigilo somente se dará em virtude de ordem:

- (a) Da Receita Federal;
- (b) Do Delegado de Polícia Federal;
- (c) Do Ministério Público;
- (d) Do Poder Judiciário.

29. Da Remissão. Em que consiste? Qual a norma que pode conceder?

- (a) No pagamento do crédito. Concedida por lei;
- (b) No perdão do crédito. Concedida por lei;
- (c) No pagamento do crédito. Concedida por decreto;
- (d) No perdão do crédito. Concedida por decreto.

30. De acordo com o Código, que dispõe sobre normas gerais em matéria tributária, a modificação introduzida nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido:

- (a) Posteriormente à sua introdução;
- (b) Anteriormente;
- (c) Durante;
- (d) No exercício financeiro seguinte.

## Direito Internacional

31. A Arbitragem é um dos meios alternativos de solução dos conflitos de interesses mais discutido atualmente no campo jurídico. Em relação às sentenças arbitrais internacionais é INCORRETO afirmar que:

- (a) Dependem da homologação perante o Supremo Tribunal Federal;
- (b) Não podem ofender a ordem pública nacional;
- (c) Serão reconhecidas ou executadas no Brasil de conformidade com os tratados internacionais com eficácia no ordenamento interno e, na sua ausência, estritamente do acordo com os termos da lei 9.307/96;
- (d) Após homologadas serão executadas como títulos executivos extrajudiciais.

32. O "Jornal Nacional" da TV Globo, no dia 02 de janeiro de 2001, noticiou que pescadores brasileiros salvaram, no litoral do Rio Grande do Norte, um nacional de Serra Leoa que, por ser clandestino, fora jogado ao mar pelo comandante de um navio de bandeira Grega. O africano, interrogado na Polícia Federal, disse que fugira da Guerra Civil instaurada no seu País e aproveitou para solicitar ao Ministério da Justiça que lhe concedesse o *status* de Refugiado no Brasil. Sobre o tema podemos afirmar que o órgão do Ministério da Justiça competente para processar e julgar o pedido é:

- (a) O Comitê Nacional para Refugiados - CONARE;
- (b) A Secretaria de Direitos Humanos - SDH;
- (c) O Departamento de Estrangeiros;
- (d) A Coordenação Nacional de Imigração - CNL.

33. As cartas rogatórias, após o *exequatur* do Supremo Tribunal Federal, serão cumpridas:

- (a) Pelo próprio STF;
- (b) Pelos Juízes Estaduais;
- (c) Pelos Juízes Federais;
- (d) Pelo Ministério da Justiça.

34. As autoridades brasileiras concederão ao apátrida (estrangeiro de nacionalidade indefinida) um:

- (a) Laissez-passer;
- (b) Autorização de retorno ao Brasil;
- (c) Salvo-conduto;
- (d) Passaporte para estrangeiro de cor amarela.

## Direito Constitucional

35. Com pertinência à Constituição da República Federativa do Brasil em vigor, é correto afirmar que:

- (a) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros domiciliados há, pelo menos, um ano ininterrupto no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;
- (b) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;
- (c) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos e para os estrangeiros;
- (d) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, sendo-lhes vedado, todavia,

estabelecer, em seus estatutos, normas de fidelidade e disciplina partidárias.

**36.** No que tange à Federação brasileira, assinale a alternativa verdadeira:

(a) Os Estados, o Distrito Federal, divididos em Municípios, e os Territórios, vedada a divisão em Municípios, organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da *Lex Fundamental*.

(b) É facultada aos Municípios a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

(c) [A decretação da intervenção, pela União, para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário, dependerá de requisição do Supremo Tribunal Federal.](#)

(d) No âmbito da legislação concorrente, a União é competente para estabelecer tanto normas gerais quanto específicas.

**37.** Em tema de controle de constitucionalidade, é lícito asseverar que:

(a) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, diante da Constituição Federal, o Presidente da República, a Mesa do Congresso Nacional, a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Advogado-Geral da União, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;

(b) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, em face da Constituição Federal;

(c) Incumbe privativamente à Mesa da Câmara dos Deputados suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

(d) [Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.](#)

**38.** Com vista à organização dos Poderes, assinale a opção correta:

(a) [É da competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio ou suspender qualquer uma dessas medidas;](#)

(b) Compete privativamente ao Presidente da República exercer a direção superior da administração federal, com o auxílio dos Ministros de Estado, por ele nomeados, que somente poderão ser exonerados com prévia aprovação, por voto secreto, de dois terços dos membros do Senado Federal;

(c) A eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, segundo a sistemática adotada pelo Direito Constitucional brasileiro, far-se-á, em qualquer hipótese, através de pleito direto e pelo voto secreto dos cidadãos;

(d) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre brasileiros natos ou naturalizados com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

**39.** Indique, com fundamento no processo legislativo consagrado na Constituição Federal vigente, a afirmação certa:

(a) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe, com exclusividade, aos membros, Mesas e Comissões das Casas do Congresso Nacional, ao Presidente da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos no Texto Maior;

(b) Em caso de relevância e urgência o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, que perderão a eficácia, todavia, desde a edição, se não forem convertidas em lei, pelo Congresso Nacional, no prazo de sessenta dias;

(c) [As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional;](#)

(d) O veto parcial, aposto pelo Presidente da República a projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, poderá incidir sobre palavras e expressões isoladas constantes de artigos, de parágrafos, de incisos ou de alíneas.

40. Aponte, dentre as proposições abaixo, a alternativa formulada com correção:

- (a) **É competente o Supremo Tribunal Federal para processar e julgar, originariamente: o *habeas corpus* quando o ato de coação emanar de decisão colegiada de Tribunal Superior;**
- (b) Conceder-se-á mandado de injunção para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, assim como para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;
- (c) Conceder-se-á *habeas data* sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- (d) É competente o Superior Tribunal de Justiça para julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do distrito Federal e Territórios, quando concessiva a decisão.

## Direito Administrativo

41. Marque a opção que indica, respectivamente, um tipo de licitação, uma modalidade de licitação e um regime de execução indireta, segundo as regras da Lei Federal 8.666/93.

- (a) Concorrência, empreitada por preço global e adjudicação;
- (b) **Maior lance ou oferta, concurso e tarefa;**
- (c) Investidura, menor preço e empreitada por preço unitário;
- (d) Tomada de preços, melhor técnica e empreitada global.

42. Assinale a opção errada.

- (a) Compete à União Federal legislar sobre desapropriação;
- (b) Pode ocorrer desapropriação por necessidade pública, utilidade pública ou interesse social;
- (c) **A indenização em virtude de desapropriação deve ser justa, prévia e em dinheiro, salvo se lei federal criar exceções;**
- (d) Desapropriações podem ser realizadas por Estados, Distrito Federal e Municípios.

43. Marque a opção correta.

- (a) Cargo público só pode ser ocupado por brasileiro nato, salvo as exceções previstas em lei complementar federal;
- (b) A nomeação para cargo em comissão depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos;
- (c) Cargo efetivo é aquele declarado, pelo ato que o criou, de livre nomeação e exoneração;
- (d) **As funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos.**

44. A revogação de um ato administrativo:

- (a) **Pressupõe que o mesmo seja válido e só pode ser realizada pela Administração Pública;**
- (b) Pressupõe que o mesmo seja nulo e só pode ser realizada pela Administração Pública;
- (c) Pressupõe que o mesmo seja válido e pode ser realizada pelo Poder Judiciário no exercício da função jurisdicional;
- (d) Pressupõe que o mesmo seja nulo e pode ser realizada pelo Poder Judiciário no exercício da função jurisdicional.

## Deontologia Jurídica

45. Das afirmativas abaixo, qual está em perfeito acordo com o previsto pelo Código de Ética e Disciplina da OAB?

- (a) O Advogado pode recusar a defesa criminal se, em sua opinião, considerar o acusado culpado pelo delito;
- (b) O Advogado pode debater, em qualquer veículo de divulgação, causa sob seu patrocínio, desde que não se trate de causa sob sigilo de justiça;
- (c) O Advogado pode funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente;
- (d) O Advogado pode, ao contratar seus honorários, adotar a cláusula quota *litis*, sendo tais honorários necessariamente representados por pecúnia (dinheiro, moeda).

46. O Advogado JOSÉ DA SILVA, retirou de Cartório os autos de um processo cível em andamento, pelo prazo de 10 (dez) dias. Decorridos 22 (vinte e dois) dias sem devolver os referidos autos, José da Silva foi intimado, por Oficial de Justiça, a devolver aqueles autos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Também não o fez e nada justificou.

Pergunta-se: Ao todo, o que pode ocorrer a José da Silva?

- (a) Ser punido disciplinarmente pela OAB; ser punido criminalmente pela retenção dos autos; perder o direito de vista daqueles autos fora de cartório e pagar multa de meio salário mínimo, podendo até responder por perdas e danos, além de sujeitar-se à busca e apreensão dos autos;
- (b) Ser punido disciplinarmente pela OAB; perder o direito de vista daqueles autos fora de cartório e pagar multa de meio salário mínimo, podendo até responder por perdas e danos, além de sujeitar-se à busca e apreensão dos autos;
- (c) Ser punido disciplinarmente pela OAB e responder por perdas e danos, além de sujeitar-se à busca e apreensão dos autos;
- (d) Ser punido disciplinarmente pela OAB e sujeitar-se à busca e apreensão dos autos.

47. Um Advogado, inscrito na OAB-RJ e exercendo regularmente a advocacia, foi nomeado e empossado no cargo de Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

Pergunta-se: Como fica a situação daquele Advogado junto à OAB-RJ e quanto ao exercício da advocacia?

- (a) Terá cancelada sua inscrição na OAB-RJ, perdendo a condição de Advogado e, conseqüentemente, não poderá mais advogar;
- (b) Ficará licenciado da advocacia e, portanto, totalmente proibido de exercer a advocacia durante o tempo em que estiver no cargo de Presidente da JUCERJA;
- (c) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia livremente;
- (d) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia, ficando apenas impedido de advogar contra a Fazenda Pública que o remunera ou contra o Estado do Rio de Janeiro.

48. Os Advogados JOSÉ DA SILVA e PEDRO RODRIGUES, que exercem a advocacia sem qualquer restrição, e mais três colegas (advogados Carlos Xavier, Salvador Ribeiro e Roberto Nunes Pereira) constituem uma Sociedade de Advogados e pedem o registro do respectivo Contrato Social na OAB-RJ.

Pergunta-se: Qual a razão social adotada será aceita pela OAB-RJ?

- (a) SILVA & RODRIGUES, Advogados Associados Ltda;
- (b) Escritório de Advocacia Rui Barbosa, Advogados Associados S.C.;
- (c) SILVA & RODRIGUES, Advogados Associados S.C.;
- (d) Sociedade de Advogados TERCEIRO MILÊNIO S.C. Ltda.

49. O Advogado PEDRO PEDREIRA - que já havia sido punido uma vez pela OAB-RJ - por desinteresse e sem o conhecimento do Cliente, abandonou a causa para a qual fora por este constituído e estava funcionando.

Pergunta-se: Qual a pena disciplinar será aplicada, no caso, ao Advogado Pedro Pedreira?

- (a) Pena de Exclusão do Quadro de Advogados da OAB-RJ;
- (b) Pena de Suspensão do exercício da advocacia (com ou sem multa);
- (c) Pena de Censura (com ou sem multa);
- (d) Pena de Multa.

50. O Advogado SALVADOR DE SÁ foi convidado pelo autor de uma ação cível em andamento para substituir o respectivo advogado que o estava representando no processo pertinente. Ensejando aceitar o convite do mencionado autor, qual a medida correta e adequada deve tomar Salvador de Sá?

- (a) Receber uma nova procuração do Autor, revogando a anterior, e juntá-la aos autos do processo respectivo;
- (b) Pedir ao Advogado do processo que lhe outorgue uma procuração, para substituí-lo;
- (c) Consultar os autos do processo e depois receber a procuração do Autor, revogando a anterior, e juntá-la aos autos respectivos;
- (d) Consultar os autos, do processo e depois procurar o advogado que está nos autos, pedindo a sua renúncia ou substabelecimento.